

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção -CBIC, por seu Conselho de Representantes de 70 sindicatos e associações que congregam as empresas brasileiras de construção, de todas as partes do país, por sua diretoria, e em nome de mais de quatrocentos empresários do setor que se reuniram nos dias 10 a 12 de abril, durante o 54º Encontro Nacional da Indústria da Construção, apresenta perante os governantes da Nação, os membros do Congresso Nacional, e a própria sociedade brasileira, os princípios básicos e o pensamento deste segmento empresarial como um todo, resumidos neste documento que constitui a CARTA DE BELO HORIZONTE.

Os construtores acolheram com orgulho e fizeram suas as palavras contidas na mensagem do seu companheiro e líder deputado Luís Roberto Ponte que interpretaram com clareza e coragem o pensamento de todos, raramente explicitado, e muitas vezes ofuscado por manifestações isoladas que o contrariam.

CARTA DE BELO HORIZONTE

UM ALERTA!

"Grande parte das propostas contidas no Projeto de reconstrução Nacional constitui a ruptura de privilégios concedidos, a variadas classes, ao longo de décadas, por legislações que foram apresentadas à sociedade como conquistas sociais legítimas, embora representassem, na verdade, a concessão de benefícios que, não podendo ser estendidos a todos, configuravam-se, de fato, como imposição de enormes injustiças praticadas, quase sempre, contra as camadas mais desprotegidas da população."

"Só existirão chances de se conseguir conscientizar a sociedade da necessidade de suprimir esses privilégios, se os governantes derem exemplo inquestionável de que aboliram as suas próprias benesses e, sobretudo, se deixarem claro, não apenas por palavras, mas por seus atos concretos, que cultuam a integridade moral, a proibição administrativa e determinam-se à implantação da justiça."

"Contrariamente, porém, alastram-se, no País, informações, oriundas de uma pluralidade de pessoas responsáveis de que se busca institucionalizar, em vários organismos governamentais, práticas inaceitáveis para a destinação de recursos públicos e, o que é estarrecedor, mesmo nos que são chefiados por dirigentes de inequívoca honrabilidade. Por enquanto, ainda são informações que, embora sérias, não se podem configurar como denúncias comprovadas, sempre difíceis, nesses casos, mas que tomam corpo, a cada dia, e tendem, se nada for feito, a transmitir para a sociedade a convicção de que estamos na presença de fatos reais, praticados com a conivência do Governo."

"A perda da confiança da população e dos agentes econômicos é o caminho mais curto para a ingovernabilidade. Urge, assim, que o Governo demonstre que nada tem a ver com as proposituras

de extorsão que se generalizam, bem como que se disponha a receber qualquer denúncia, com o compromisso de apuração da verdade e de não promover retaliações.”

"Sei que muitos dos que estão aqui sabem, porque foram peitados, da veracidade e da gravidade do que estou dizendo".

"Já sabemos que, se não se evitar o alastramento desse ancro, certamente quem não a ele se "adaptar" perderá todas as oportunidades de trabalhar, verá secarem as verbas para as suas obras e terá fechadas as portas para novas contratações".

"Temos presentes os graves problemas pessoais, com acusações de leviandade e ofensas difamatórias, que podem advir para os que denunciarem o que se sabe verdadeiro e não se pode provar."

"Conhecemos os mecanismos espúrios que utilizam para dar uma obra a quem desejam previamente escolher."

"Temos claro, em nossas mentes, que é grande a tentação para ceder. Asseguraríamos o trabalho que buscamos e que é a nossa forma de servir ao País e a razão de ser de nossas atividades profissionais. E mais: com garantia de ganhos certos, numa atividade de tantos riscos, podendo, ainda, ter a consciência pacificada com a sentença de que "não haveria outro caminho.."

"Há outro caminho, sim! Por certo penoso, cheio de obstáculos, incompreensões e injustiças no curto prazo. Fatal, até, para alguns!"

"Quero, todavia, lembrar-lhes o longo prazo: o futuro luminoso que poderemos obter libertando-nos definitivamente das distorções e improbidades do processo de contratação de obras públicas e do relacionamento contrato/contratante, que sempre nos colocaram na frágil condição de dependentes da boa vontade dos gestores governamentais."

"Quero lembrar-lhes os tempos solares que teremos, quando, finalmente, poderemos ser vistos pela sociedade como de fato somos: responsáveis agentes da produção; propulsores do progresso; veículo de erradicação da miséria; cidadãos dignos quanto aos mais dignos deste País."

"Não haverá instrumento mais eficaz para repor a verdade sobre a nossa imagem perante a sociedade, do que esse Encontro tomar a deliberação do protesto e da decisão de denunciar cada atravessador que surgir no nosso caminho."

"Lembre-mos da escuridão que manchou a vida de algumas nações durante períodos de suas histórias. Ele só aconteceu porque todos se intimidaram."

"Não nos iludamos! Se ceder pode até ser tentador, na visão estreita do interesse próprio e imediato, certamente também será trágico se essa hidra se institucionalizar, destruindo os sonhos pelos quais tanto lutamos em todos nossos Encontros: o relacionamento ético-moral entre nós e nossos clientes."

"Resistamos, porque isto é bom para a Nação, que espera isto de nós."

"Resistamos, porque isto é bom para o Governo e para o Presidente, se, como acredito, estiverem isentos de culpa, ou, pelo menos, de intenção."

"Resistamos, porque, numa análise mais ampla, no longo prazo, também é bom para as nossas empresas."

O construtor não se envergonha de buscar o sucesso de sua empresa, mas sabe submeter este propósito ao objetivo maior de procurar, antes de tudo, os mais altos interesses nacionais, os mais sagrados direitos do cidadão brasileiro, as mais justas aspirações de seu parceiro de todo dia, o trabalhador.

E é nesse sentido que passa do simples desejo para a palavra aberta, e daí para a ação. É o que comprovam a pauta e as resoluções resultantes do 54º ENIC.

Para a valorização do trabalhador estão em marcha debates, estudos, proposições e ações com vistas à modernização conseqüente das relações entre capital e trabalho, através de uma política salarial consistente, de um treinamento eficaz da mão-de-obra que proporcione não somente melhores condições de trabalho e de segurança, mas também um sensível aumento na produtividade e na qualidade para o benefício de todos. Providências simultâneas já são tomadas no sentido de proporcionar, no canteiro de obras, a alfabetização, a alimentação alternativa, melhores condições de segurança. E fora dele, a oportunidade de uma assistência médica e dentária ampla e competente, e desvinculada dos recursos e das decisões governamentais. E em prazo não muito longo até a própria previdência e a seguridade social possam ser proporcionadas com a mesma desvinculação.

Para a sociedade em geral, ampliam-se os esforços do setor objetivando a criação, aumento e maximização da eficiência dos fundos de financiamento para a construção de moradias para as classes menos favorecidas e para a classe média da população brasileira. E simultaneamente, defende-se a prioridade da manutenção da infra-estrutura do país e sua gradual ampliação na medida exata das necessidades fundamentais do país.

Para a Nação como um todo, tem início uma ação decidida tendo em vista a elaboração de uma política, em âmbito nacional, para a Indústria da Construção, com metas e programas setoriais, com a formulação de projetos de interesse coletivo e a caracterização do setor como inquestionável agente do desenvolvimento nacional.

Visando a melhoria das relações internas mais convenientes para o país e a sociedade intensifica o clamor e as contribuições para que possa conseguir maior racionalidade, coerência, objetividade e transparência nos procedimentos de licitação, contratação e fiscalização de obras e serviços de construção através de legislação clara e adequada. E, não menos importante e oportuno, o expurgo das componentes inflacionárias nos preços de serviços de obras.

Dentro da nova visão do país e do mundo, caminha para a elaboração de estudos e para a criação de condições justas para a internacionalização das atividades econômicas ligadas à Engenharia, inclusive para a abertura de nosso mercado, à luz dos acordos multi-laterais.

Para tornar possíveis todos estes objetivos, no menor lapso de tempo, essencial se faz o esforço para reduzir a ingerência do Estado na economia e na atividade produtiva deste país.

Não ficou esquecida, também a participação do setor, lúcida e eficiente, na questão ambiental.

Mas não basta o esforço para construir a Nação. É preciso, também, lutar com a coragem e determinação contra as forças que podem trazer a sua destruição.

As forças vivas deste País que comungam desta opinião e se propõem a agir no mesmo sentido, e que se encontram nas diversas esferas do próprio Governo, no Congresso Nacional e em todos os

segmentos da sociedade, vão encontrar nos construtores brasileiros aliados decididos para buscar tão almejado destino.

"Mas, sobretudo, resistamos porque poderemos, mesmo os que se estiolarem, dizer:

Fomos os construtores que sempre sonhamos; fomos os construtores de novos tempos;

Fomos os construtores da noção correta de cidadania, que haverá de se alastrar irresistivelmente em todas as mentes de nossos patrícios."

Abril de 1991 - 54º Encontro Nacional da Indústria da Construção

CBIC - Câmara Brasileira da Indústria da Construção